



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR
EDITAL DE LICITAÇÃO

O **Município de Feijó**, por intermédio dos membros da Comissão de Licitação, designada pelo Decreto N.º 060/2026 de 12 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 14.223 de 13 de Março de 2026, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, TUDO DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº. 14.133, DE 01/04/2021, LEI COMPLEMENTAR 123/06, LEI Nº.8.078/90 CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DECRETO Nº 10.024/2019, DECRETO ESTADUAL Nº 4.767/2019, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE, A LEI Nº 14.133/2021. Esta licitação foi regularmente autorizada pelo Prefeito, conforme consta no Processo Administrativo N.º 090/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	090/2025
ÓRGÃO CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
UASG:	980113
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICA
SRP:	[X] SIM [] NÃO
TIPO:	[x] MENOR PREÇO POR ITEM [] MENOR PREÇO POR LOTE [] MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO
MODO DE DISPUTA:	[X] ABERTO
VALOR DE CARATER SIGILOSO:	[] SIM [] NÃO
VALOR ORÇADO:	[X] Valor Estimado [] Valor Máximo Aceitável [] Valor de Referência
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 999,99] PERCENTUAL [99,99%]
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPASNET).
DATA DA ABERTURA:	13/05/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	10HS:00MIN
PERÍODO DE RETIRADA:	29/04/2026 A 12/05/2026
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet
PREGOEIRO(A):	Deusinete de Souza Costa
COMISSÃO:	Comissão Permanente de Licitação
DECRETO NOMEAÇÃO:	Decreto nº. 168 de 14/05/2025

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

Na ausência ou impedimento da Pregoeira ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

Aquisição de materiais lúdicos para apoio às atividades do centro de atendimento ao autista e dos consultórios de psicologia, visando atender as necessidades administrativas e financeiras da Secretaria Municipal de Saúde.

Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – Catálogo de Materiais - CATMAT e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.1. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ARP – Ata de Registro de Preços

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1 Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, cidadão ou Licitante poderá impugnar o Ato Convocatório do Pregão, por meio eletrônico no e-mail cotacoesfeijo@gmail.com, ou excepcionalmente na sede da CPL, Avenida Plácido de Castro nº. 678, Centro, CEP nº 69960-000 - Feijó-Acre, no horário das 07:00 às 14:00 de segunda a quinta-feira.

2.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital e/ou órgão solicitante, decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido de impugnação.

2.1.2. Acolhida à impugnação contra o Ato Convocatório, desde que altere a formulação da Proposta de Preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

2.1.3. Pregoeiro se pronunciará exclusivamente pelo Sistema Eletrônico (COMPRASNET), ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

2.1.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, todavia, quando o pregoeiro conceder efeito suspensivo a ela deverá motivar nos autos do processo de licitação.

3. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

3.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail cotacoesfeijo@gmail.com ou excepcionalmente na sede da CPL, **Avenida Plácido nº. 678, Bairro Centro, CEP nº 69.960-000 - Feijó-Acre**, no horário das 07h:00m às 14h:00m e de segunda a sexta-feira, as informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro(a) através dos sites <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://www.feijo.ac.gov.br/>, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO às empresas que:

4.2.1. Cujo o ramo de atividade seja compatível com o do objeto desta licitação;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

4.2.2. Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante **do item 12** deste Edital;

4.2.3. Estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 26 de abril de 2018; /

4.2.4. Não estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

4.2.5. Empresas que NÃO estejam suspensas, temporariamente, de participar de licitações ou impedidas de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do posicionamento do STJ (Resp. nº 151.567/RJ).

4.2.6. Empresas que NÃO tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação.

4.2.7. Não estejam com o direito de participar de licitações e contratações suspenso com a Administração Direta ou Indireta Estadual;

4.2.8. Não estejam cumprindo sanção – penas de suspensão ou inidoneidade, cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

4.2.9. Não tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.2.10. Não seja empresa ou instituição vinculada **a Prefeitura de Feijó - Acre**

4.2.11. Não Constarem no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União - CGU, constante no portal da internet www.portaltransparencia.gov.br/ceis

4.3. As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente Pregão Eletrônico, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao SICAF, através do portal www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.4. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

4.4.1. Servidor de qualquer Órgão ou ENTIDADE vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.4.2. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4.3. Sociedades Cooperativas.

4.4.4. OSCIP atuando nessa condição (Acórdão 746/2014 – TCU Plenário).

4.5. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Termo de Referência no Anexo I do presente Edital, indicando marca e modelo (SE HOVER) e outra descrição complementar para a identificação clara do produto ofertado.

4.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

4.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49;

4.6.1.1 a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.6.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

5.1. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento junto ao provedor do sistema e sua habilitação junto ao SICAF, antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>;

5.3. O credenciamento da Licitante dependerá de cadastro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva da Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.5. O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Órgão Contratante ou ao **Órgão Promotor** desta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento dos documentos necessários a Habilitação conforme item 12 do Edital e da Proposta de Preços com valor unitário e total de cada item a ser cotado, a partir da data da liberação do Edital no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Durante este período a Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.2. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no item acima, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o item 7.10.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

6.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua Documentação, Proposta e lances inseridos em sessão pública.

6.5. Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

6.6. A Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos, e em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – CATMAT e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital, prevalecerão às últimas.

6.7. Na Proposta de Preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições, conforme Modelo constante do Anexo III:

a) Razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

b) Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

c) Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

d) Preço unitário e total de cada item, de acordo com o (s) preço (s) praticado (s) no mercado, conforme estabelece o inciso IV do art. 43 da Lei Federal nº. 14.133/2021, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

e) Declaração expressa preferencialmente nos seguintes termos: os preços ofertados englobam todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

f) Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

g) Especificações do objeto de forma clara e objetiva, descrevendo detalhadamente as características técnicas de todo o produto ofertado, indicando marca e modelo (SE HOUVER) e incluindo elementos que de forma inequívoca identifiquem que os produtos cotados atendem as especificações solicitadas, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar proposta que não atendam às exigências editalícias.

6.8. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada e analisada pelo Pregoeiro(a), seja com relação a prazo e especificações dos produtos ofertados ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

6.9. A Proposta enviada implicará em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.10. O(A) Pregoeiro(a) verificará as Propostas enviadas, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam **em conformidade** com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência ou apresentem identificação do licitante.

6.10.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

6.10.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.11. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o **encerramento do envio de lances**.

7. DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e horário marcados, em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início à sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas em conformidade com o item 7 – Proposta de Preços, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

7.2. Em seguida ocorrerá o início da etapa competitiva, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br> conforme Edital.

7.3. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Somente as Licitantes que apresentaram Propostas em consonância com o item 7, poderão apresentar lances para os itens cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo a Licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.1.1. Assim como as Propostas, os lances serão ofertados conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo do edital.

8.2. **Será disponibilizado campo próprio no sistema para a troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes participantes (“chat”), quando convocadas pelo pregoeiro.**

8.3. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema.

8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.6. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance ou percentual de desconto superior registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

8.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances.

8.7.1. O(A) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa aos participantes, no mesmo endereço eletrônico utilizado para divulgação, ou seja, <https://www.comprasgovernamentais.gov.br>;

8.8. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no inciso I Art. 32 do Decreto n.º 10.024/2019, de 20 de setembro de 2019.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

8.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada automaticamente no modo de disputa aberto, após transcorrido dez minutos do seu início, caso não tenha sido prorrogada automaticamente;

8.9.1. A prorrogação automática da etapa de lances iniciais, por um período adicional de dois minutos, acontecerá caso exista o registro de lance(s) durante os últimos dois minutos da etapa competitiva inicial e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

8.9.2. O não registro de lances conforme o item acima, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.10. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, o definido no preâmbulo deste edital, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.11. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, dar reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.12. Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.13. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das Propostas.

9. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES

9.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a Proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, após aplicação dos critérios de desempate estabelecidos na Lei Complementar Nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, a saber:

9.1.1. Se a proposta classificada em primeiro lugar for de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP o Pregoeiro iniciará a fase de negociação direta do preço. Encerrada esta etapa, seguirá para fase de habilitação.

9.1.2. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, o Pregoeiro aplicará o critério de empate da lei e considerará as propostas iguais àquela melhor classificada e aquelas superiores em até 5% (cinco por cento), e selecionará dentre estas a melhor proposta, que terá preferência de contratação conforme § 2º do art. 44 da LC 123 de 14 de dezembro de 2006, mas condicionada a apresentar proposta com preço inferior àquela até então considerada a melhor proposta, na forma do inciso I do art. 45 da mencionada lei. Classificada a melhor proposta para o objeto a microempresa ou EPP, irá para fase de negociação do preço diretamente com o Pregoeiro. Concluída esta etapa seguirá para fase de habilitação.

9.1.3. Caso não ocorra lances, deverá ser verificado o valor estimado e a especificação técnica prevista no edital.

9.1.4. Não será aceito e adjudicado item ou lote cujo preço unitário seja superior ao estimado para a contratação;

9.2. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.2.1. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes;

9.2.2. Ao licitante é assegurado o prazo de 5 (cinco) minutos para aceitação da contraproposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado, podendo este prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro e registrado em ata.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

9.3. Cumpridas as etapas anteriores e aceita a proposta, o Pregoeiro verificará, no sistema, a habilitação da Licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

9.4. Caso a Licitante não atenda aos requisitos da Habilitação, será observado o seguinte procedimento:

9.4.1. Se a proposta classificada pertence a uma microempresa ou EPP, e desde que só exista irregularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para regularização, e a declarada vencedora do objeto. Iniciando-se a contagem do prazo a partir deste momento, podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, desde que requerido tempestivamente pelo licitante. Caso o licitante não regularize sua situação fiscal, o Pregoeiro consultará a documentação do Licitante da proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos de Habilitação contidos no Edital, sendo, então, o Licitante habilitado declarado vencedor. Nas demais causas de inabilitação será chamado o licitante seguinte na ordem de classificação.

9.4.2. Se a proposta classificada não pertencer à microempresa ou EPP, o Pregoeiro convocará o licitante da proposta classificada em segundo lugar, negociará o preço e em seguida procederá ao exame da habilitação, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos de Habilitação contidos no Edital, sendo, então, o Licitante habilitado, declarado vencedor.

9.5. Se a Proposta não for aceitável ou se a Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a Proposta e documentações subsequentes e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma Proposta e documentação habilitatória que atenda ao Edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora e a ele adjudicado o objeto do certame.

9.5.1. Será aceito apenas o registro de uma única Proposta vencedora para cada item, existindo a possibilidade de convocar Licitantes na ordem de classificação, e assim sucessivamente, caso haja desistência do vencedor.

9.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.7. Na fase de aceitação o pregoeiro poderá solicitar aos licitantes, o envio da proposta atualizada e, se necessário, os documentos complementares, por Item inclusive, relativamente ao último lance ofertado após negociação, podendo também solicitar apenas do licitante cuja proposta esteja em primeiro lugar.

10.6.1 Para tanto, o pregoeiro fará uso da opção **“Convocar Anexo”**, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link **“Anexar”**, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

10.6.2 Confirmado o envio do anexo, o link **“Anexar”** do fornecedor passa a ter a função de **“Consultar”**. Na tela do pregoeiro, após a convocação, o Sistema informa na coluna **“Anexo”** o link **“Convocado”**, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link **“Consultar”**.

9.8. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) como vencedora(s) do(s) respectivo(s) Item(s) ou lote(s).

9.9. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

10.2. O empate entre duas ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as Propostas e quando não houver lances para definir o desempate. No caso de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.3. Será admitido apenas 01(um) Licitante vencedor para cada ITEM.

10.4. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da Proposta e dos documentos de habilitação, que não venham causar prejuízo para o Município de Feijó, e nem firam os direitos das demais licitantes.

10.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço estimado pelo órgão contratante ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.2. Podendo o Pregoeiro realizar diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.6. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sites <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores -SICAF;

11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

11.3.1. Habilitação Jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN), e com a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado, emitida pela Procuradoria Geral do Estado, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual.

c) Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira,

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b) Balanço patrimonial e a demonstração de resultado contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação, devidamente assinados pelo proprietário e profissional de contabilidade e/ou Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

b.2) Serão considerados na forma da lei o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

b.2.1) publicados em Diário Oficial; ou

b.2.2) publicados em jornal de grande circulação; ou

b.2.3) por cópia registrada no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante; sendo também admitida a autenticação pelo Sistema de Escrituração Digital – SPED, mediante apresentação do comprovante de autenticação digital; ou



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

b.2.4) por cópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante – inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

b.3. Para Sociedades Anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do Licitante;

b.4) Para Sociedades Limitadas, cópias autenticadas devendo ser assinadas por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo administrador da sociedade.

b.5) Para as demais empresas, cópias legíveis e autenticadas do Livro Diário, onde foram transcritos o Balanço Patrimonial e a demonstração do resultado, devendo ser assinado por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo administrador da sociedade empresária.

b.6) As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido com data de até 90 (noventa) dias anterior à data de abertura da licitação.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço, que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do valor de sua proposta, na forma da lei, de acordo com O artigo 69, § 4º da Lei nº. 14.133/2021. Se o certame for dividido em lotes a exigibilidade será igual ao somatório das propostas que a licitante ofertar, que serão deduzidas de seu Patrimônio Líquido à medida de sua participação e até o limite deste, como requisito necessário para garantir que a contratada cumprirá as obrigações originadas da adjudicação.

d) No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015);

11.3.4. Qualificação Técnica

a) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido **satisfatoriamente** os objetos pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

11.4. Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no SICAF ou, ainda, quando não estiverem nele contemplado, deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta de preços, em original, ou cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em Órgão da imprensa oficial, conforme prazos acima citados.

11.5. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.6. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

11.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.9. A Licitante que for declarada vencedora de algum ITEM do presente Edital, terá o prazo de 02 (duas) horas, contadas a partir da convocação feita pelo(a) Pregoeiro(a) via sistema, para enviar a proposta final ajustada ao último valor ofertado e documentos complementares (quando for o acaso), devendo serem anexados, preferencialmente, em campo próprio do sistema Compras Governamentais, ou excepcionalmente, remetidos para o endereço eletrônico cotacoesfeijo@gmail.com. PODENDO O PRAZO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO PELO PREGOEIRO E REGISTRADO NO SISTEMA.

11.9.1. Visando o princípio da transparência, os documentos remetido para o e-mail cotacoesfeijo@gmail.com serão disponibilizados, pelo pregoeiro(a) no endereços eletrônico <http://www.feijo.ac.gov.br/licitacoes/> junto ao edital da licitação, para consultas pelos interessados, além dos demais já inseridos no endereços eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>,

11.10. A Licitante estrangeira deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos as Licitantes brasileiras, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, no caso de ser considerada vencedora.

11.11. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação da Licitante primeira classificada e a convocação dos demais licitantes, conforme ordem de classificação.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Para fins de aceitação das propostas classificadas, após a emissão de parecer técnico do órgão contratante ou após realização de diligências pelo Pregoeiro(a), visando subsidiar sua decisão ou sanear possíveis erros ou falhas que não alterem as substâncias das propostas;

12.1.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Os licitantes serão comunicados sobre a reabertura da sessão, para acompanhar a continuidade da mesma.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail e mensagem no sítio eletrônico utilizado para divulgação <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e www.feijo.ac.gov.br, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, e a ocorrência será registrada em ata.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DOS RECURSOS

13.1. Qualquer Licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, imediatamente



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

após a divulgação da vencedora, em campo próprio do Sistema Eletrônico, **no prazo de trinta minutos**, manifestar sua intenção de recorrer.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3. Será concedido a Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.4. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente do Órgão Promotor adjudicará o objeto à licitante classificada.

13.7. Adjudicado o objeto ao licitante classificado, a Autoridade Superior do Órgão Contratante homologará o resultado da licitação para fins de contratação.

13.8. Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, prosseguindo-se normalmente, com as demais fases previstas no Edital.

13.9. Os autos do processo originais permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Comissão Permanente de Contratação do Município de Feijó - Acre, sito a Avenida Plácido de Castro nº 678 - Centro, CEP Nº 69.960-00 Feijó – Acre, telefone (68) 3463-2614, horário das 07h00min às 14h00min de segunda a sexta-feira.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso, após o recebimento dos documentos conforme previsto no item 12.9.

14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à Licitante vencedora.

14.3. Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, deverá ser submetido à autoridade competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Será conforme os termos constantes do anexo I deste Edital.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Feijó

Unidade:

PROJETO/ ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO REDUZIDO	RECURSO



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

17. DO TERMO DE CONTRATO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Licitante vencedora deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, podendo ser prorrogado por igual período.

17.2. A Licitante vencedora deverá apresentar alvará de funcionamento e a CND do Município de Feijó (no ato da contratação).

17.3. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar a ata ou o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei N.º 10.520/02, e a Comissão Permanente de Licitações de Feijó, convocará as demais Licitantes classificadas e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no artigo 7º da mesma lei.

17.4. Como condição para celebração do Contrato, a Licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

17.5. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor **do órgão contratante**, designado como Representante, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

17.6. O presente Edital e seus Anexos, bem como a Proposta da Licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

17.7. As sanções a serem aplicadas devem obedecer ao decreto Estadual nº 5.965/2010, que, dentre outras matérias, dispõe sobre o procedimento administrativo e a aplicação de sanções por ilícitos administrativos cometidos por fornecedores nas licitações, no âmbito do Estado do Acre.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

18.1. Não se aplica.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/2021 e será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Feijó.

19.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

19.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão contratante, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Comissão Permanente de Licitação, e no caso de suspensão de licitar o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

19.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19.7. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão contratante, durante a execução do contrato.

19.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

19.9. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

19.10. Aos fornecedores que praticarem ilícitos administrativos na licitação, no procedimento de dispensa ou inexigibilidade licitatória e nos contratos, serão aplicadas as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - suspensão; e
- IV - Declaração de inidoneidade.

§ 1º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observado o princípio da proporcionalidade.

§ 2º Quando o fornecedor, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações administrativas, idênticas ou não, as penas aplicadas serão cumuladas, respeitados os limites máximos de:

I - Dois anos para as licitações realizadas nas modalidades convite, tomada de preços, concorrência, concurso e leilão, para os seus respectivos contratos e para os contratos decorrentes de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação; e

II - Cinco anos para as licitações realizadas na modalidade pregão e para os seus respectivos contratos.

19.11. A advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor, em decorrência de atos menos graves e que ocasionem menores riscos para a Administração e, se for o caso, conferindo prazo para a adoção de medidas corretivas cabíveis;

19.12. A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:

I - 0,5 % ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;

III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e

IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame, tais como:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

- a) proposição de recursos manifestamente protelatórios;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- d) não cumprimento dos requisitos de habilitação na modalidade pregão, embora o licitante tenha declarado previamente no certame que os cumpria;
- e) não apresentação da nova proposta no prazo estabelecido, na modalidade pregão, consoante valor ofertado nas fases de lances ou de negociação; e
- f) tumultuar a sessão pública da licitação.

V - 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta vencedora, ou sua correspondente nas dispensas e inexigibilidades de licitação, em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração ou pelo descumprimento de qualquer cláusula pactuada, à exceção do descumprimento do prazo de realização ou entrega do objeto, já prevista nos incisos I, II e III.

20. DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS

20.1. Será no Município de Feijó – Acre, nas suas respectivas secretarias. O endereço irá constar na ordem de fornecimento.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse da **autoridade superior**, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que a Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 18, do Decreto nº. 3.555/2000 e art. 50, parágrafo único, do Decreto nº 10.024/2019.

21.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Proposta.

21.3. Ao Pregoeiro ou a autoridade competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

21.4. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.5. Após apresentação da Proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

21.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto **pelo contratante**.

21.7. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no SICAF e inscrito no portal do CEIS, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais nos horários de 07h:00m as 14h:00m.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua Proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

21.10. Para fins de aplicação da sanção administrativa constante no presente Edital, o lance é considerado proposta.

21.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os contratos decorrentes deverão ser assinados no prazo de sua convocação e poderão ser alterados (vigência), desde que verificado o disposto no Capítulo V, artigos 105 a 114 da Lei nº. 14.133/2021.

21.13. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

21.14. O Edital e seus Anexos, podem ser lidos e retirados através da Internet nos sites endereço eletrônico do **Tribunal de contas do Estado do Acre/portaldaslicitacoes/LICON**, **www.feijo.ac.gov.br**, como também informações sobre o andamento do mesmo.

21.15. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo e-mail **cotacoesfeijo@gmail.com**

21.16. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Feijó - AC.

Feijó - AC, 24 de Abril de 2026.

Deusinete de Souza Costa
Agente de Contratação



**ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo nº. 090/2025**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Registro de Preços para eventual e futura contratação visando à aquisição de materiais lúdicos, destinados a apoiar as atividades desenvolvidas no Centro de Atendimento ao Autista e nos consultórios de Psicologia da rede municipal de saúde de Feijó – Acre, conforme especificações constantes na tabela abaixo e em conformidade com as condições e exigências estabelecidas no presente instrumento.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ SECRETARIA DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FEIJÓ-ACRE						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO MINIMA DO MATERIAL	MEDIDA	CATMAT	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CHOCALHO INFANTIL. Composto por corpo oco contendo pequenos elementos internos que produzem som ao serem agitados. Fabricado com materiais atóxicos, seguros e resistentes, com bordas arredondadas e acabamento liso, sem arestas ou rebarbas, garantindo segurança no manuseio. Produto leve, de fácil higienização, adequado para uso infantil. Deve possuir certificação compulsória do INMETRO conforme regulamentação vigente para brinquedos. Brinquedo sonoro destinado a bebês e crianças pequenas, desenvolvido para estimular a coordenação motora, percepção auditiva e visual.	UNIDADE	629115	30	R\$ 35,55	R\$ 1.066,50
2	PISCINA DE BOLINHAS – ESPUMADA QUADRADA 1,20 m x 1,20 m. Piscina infantil no formato quadrado, medindo 1,20 m x 1,20 m, destinada a atividades recreativas e de estimulação psicomotora. Confeccionada em bloco de espuma de alta densidade, oferecendo resistência, conforto e segurança durante o uso. Revestimento em material antialérgico, impermeável e lavável, de fácil higienização. Colorido e atrativo para o público infantil. Produto de primeira linha, sem uso prévio. Estrutura firme, com espuma de alta densidade e acabamento uniforme. Bordas e cantos devidamente protegidos e arredondados, sem arestas cortantes. Revestimento fixo, costurado e reforçado, resistente a rasgos. Facilidade de limpeza e manutenção. Com certificação do INMETRO, conforme regulamentação vigente para brinquedos e artigos infantis. Com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	UNIDADE	629414	05	R\$ 1.710,67	R\$ 8.553,35
3	CICLO ERGÔMETRO. Equipamento para exercícios de pedalagem sentado, projetado para promover condicionamento físico com baixo impacto, preservando as articulações dos joelhos e demais membros inferiores. Estrutura: Resistente, de	UNIDADE	444941	03	R\$ 266,23	R\$ 798,69



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	uso estável e silencioso, adequado para reabilitação física, fortalecimento muscular e exercícios aeróbicos leves a moderados. Deve permitir ajuste de intensidade/resistência, possuir pedais com tiras ou faixas de fixação para segurança durante o uso e assento ergonômico, confortável e regulável em altura e distância (quando aplicável). Produto novo, de primeira linha, sem uso prévio. Estrutura firme e estável, com base antiderrapante. Sistema de resistência ajustável de fácil manuseio. Acabamento livre de rebarbas ou bordas cortantes. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Instruções de montagem, uso e manutenção em português.					
4	ESTRUTURA PARA INTEGRAÇÃO SENSORIAL. Estrutura confeccionada em aço de alta resistência, destinada a atividades de integração sensorial, psicomotricidade e desenvolvimento físico. Composta por módulos e elementos para escalada, estimulando habilidades motoras, coordenação, equilíbrio e força muscular. Acabamento com pintura eletrostática na cor escolhida pelo contratante, resistente a riscos e corrosão. Produto projetado para uso seguro em ambientes internos ou externos, com fixação estável e cantos arredondados. Produto novo, de primeira linha, sem uso prévio. Estrutura firme e segura, com soldas e fixações reforçadas. Superfícies lisas, livres de rebarbas ou arestas cortantes. Deve atender às normas técnicas de segurança aplicáveis para brinquedos e equipamentos de recreação infantil (ex.: ABNT NBR 16071 e atualizações). Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Manual de instalação, uso e manutenção em português.	UNIDADE	622320	03	R\$ 5.271,50	R\$ 15.814,50
5	CIRCUITO ESPUMADO PARA MOTRICIDADE INFANTIL – 4 PEÇAS COLORIDO. Equipamento lúdico destinado ao desenvolvimento motor e coordenação infantil. Composto por 4 módulos espumados revestidos em corino resistente, de fácil higienização e cores variadas, que podem ser encaixados para formar diferentes percursos. Medidas totais aproximadas do conjunto montado: 1,20 m (comprimento) x 1,20 m (largura) x	KIT	618646	05	R\$ 1.006,07	R\$ 5.030,35

Avenida Plácido de Castro Nº 678 - Centro - CEP 69960-000

Fone: (68) 3463-2614 Fax: (68) 3463-3378 E-mail: cpl2025feijo@gmail.com



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	0,30 m (altura). Indicado para crianças de até 5 anos de idade. Estrutura interna confeccionada em espuma de alta densidade, garantindo conforto e segurança durante o uso. Produto com acabamentos reforçados, costuras resistentes e base antiderrapante.					
6	CAVALINHO DE BORRACHA. Brinquedo infantil confeccionado em borracha resistente, atóxica e de alta durabilidade. Projetado para uso seguro por crianças pequenas. Deve possuir formato anatômico que facilite o assento e o manuseio, contribuindo para o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio e fortalecimento muscular. Deve ser leve, de fácil higienização, com cores vivas e atrativas para o público infantil.	UNIDADE	618646	10	R\$ 69,68	R\$ 696,80
7	ANDADOR DIDÁTICO 4 EM 1. Brinquedo multifuncional projetado para acompanhar o desenvolvimento infantil desde os primeiros passos até a fase de introdução alimentar. Deve possuir quatro funções em um único produto: Andador com estrutura estável e rodas seguras; Central de atividades removível com elementos interativos para estímulo sensorial e cognitivo; Mesa de refeição prática; Suporte ajustável para garantir conforto e segurança. Confeccionado em material resistente, atóxico e de fácil higienização, com design ergonômico e cores atrativas para o público infantil.	UNIDADE	629114	02	R\$ 233,33	R\$ 466,66
8	BALANÇO SENSORIAL. Equipamento terapêutico destinado à estimulação sensorial e ao apoio ao desenvolvimento infantil. Confeccionado em lycra ou outro material elástico de alta resistência, formando um casulo seguro que envolve a criança, proporcionando pressão profunda e estímulo vestibular. Estrutura de sustentação robusta e estável, com fixações seguras para uso interno, garantindo conforto e segurança durante a atividade. Indicado para crianças em processos de desenvolvimento motor, sensorial e de equilíbrio. Produto de fácil higienização e manutenção.	UNIDADE	630416	05	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00
9	BRINQUEDO PEDAGÓGICO DE MADEIRA INFANTIL Kit 3 Brinquedos Educativos de Encaixe e Montagem – Coordenação Motora, Criatividade e Desenvolvimento Cognitivo. Composto	KIT	618646	10	R\$ 137,94	R\$ 1.379,40



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	por 1 Bate Pinos, 1 Cubo de Encaixe e 1 Prancha de Seleção. Material: Madeira Colorido. Certificação do INMETRO					
10	BRINQUEDO DE ENCAIXE DIVERTIDO COM PINOS MDF – FORMAS. Brinquedo para o aprendizado e a cooperação motora das crianças com o Quebra-Cabeça. Encaixe Formas. Feito em MDF resistente e seguro. Indicado para crianças a partir de 3 anos. Proporciona diversão e aprendizado com: Dimensões aproximadas: 30 x 22,5 x 0,5 cm; 1 tabuleiro com 11 Formas de encaixe. - Com certificação do INMETRO.	UNIDADE	618702	20	R\$ 48,02	R\$ 960,40
11	KIT PARA PSICOMOTRICIDADE INFANTIL. Conjunto de equipamentos destinado ao desenvolvimento motor, coordenação, agilidade, flexibilidade, reflexos e equilíbrio de crianças, promovendo diversão e aprendizado em diversos níveis de dificuldade. Deve permitir a montagem de circuitos variados, com praticidade no transporte e instalação. Componentes confeccionados em PVC resistente (balizas, arcos e aros) e polietileno (bases, preenchíveis exclusivamente com água), com sistema de encaixe seguro das balizas, garantindo estabilidade e segurança durante o uso. Composição do kit (06 estações): 47 bases; 08 semicírculos de tamanhos diferenciados; 04 aros; 12 balizas grandes distintas; 11 balizas pequenas; 09 barreiras horizontais; 04 balizas com diferenças diferenciadas; 46 pilotos; 20 argolas de níveis e núcleos diferenciadores.	KIT	620045	05	R\$ 554,17	R\$ 2.770,85
12	BRINQUEDO EDUCATIVO – KIT DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS DE PERCUSSÃO (22 PEÇAS). Conjunto de instrumentos musicais multifuncionais destinado a bebês e crianças, promovendo desenvolvimento sensorial, percepção auditiva, coordenação motora e criatividade. Kit composto por 22 peças, incluindo instrumentos de percussão, vibração e sopro, permitindo múltiplas atividades musicais e pedagógicas. Confeccionados em materiais resistentes, atóxicos e seguros, adequados para o manuseio infantil. Com design ergonômico e	KIT	462302	10	R\$ 253,25	R\$ 2.532,50



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	cores atrativas. Produto indicado para uso em ambientes educativos, recreativos e terapêuticos, estimulando a musicalidade, o ritmo e o aprendizado lúdico de forma segura.					
13	KIT BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS – PRIMEIRA INFÂNCIA (9 PEÇAS). Conjunto de brinquedos educativos projetado para estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial de crianças na primeira infância. Kit composto por 9 peças diversificadas , cada uma com função pedagógica específica: 1 quadrado com quatro colunas para coordenação motora; 1 conjunto de pequenas contas redondas vermelhas para contagem e manipulação; 1 brinquedo articulado de madeira em formato de lagarta para estímulo da lógica e coordenação; 1 xilofone infantil para percepção musical; 1 relógio em formato de pinguim para aprendizado de horas; 1 cubo didático para raciocínio lógico e habilidades de empilhamento; 1 marreta para coordenação motora e estímulo tátil; 1 conjunto de chocalhos para percepção auditiva; 1 tábua pequena para atividades de encaixe e equilíbrio; Todos os componentes devem confeccionados em materiais resistentes, atóxicos e seguros, adequados para crianças, com cores vivas e acabamento liso, garantindo diversão e aprendizado em atividades pedagógicas, recreativas e de estimulação sensorial.	KIT	618646	05	R\$ 209,53	R\$ 1.047,65
14	KIT COORDENAÇÃO MOTORA FINA E SENSORIAL. O kit deve conter: 100 pompons (coloridos - tamanho 2 cm); 6 potinhos de silicone (6 cores diferentes - 7x4.5x3.2 cm); 1 pinça cor azul (tamanho: 12.8 cm) para itens grandes; 1 pinça cor verde (tamanho 10.5 cm) para itens pequenos; 1 tesoura bola cor laranja; 2 conta gotas (colorido); 5 pacotes de bolas em gel aproximadamente 145 bolinhas em cada pacote sortidos.	KIT	618646	05	R\$ 232,60	R\$ 1.163,00
15	JOGO DE COORDENAÇÃO MOTORA ALINHAVO. Kit pedagógico destinado ao estímulo da coordenação motora fina, concentração, criatividade e percepção visual da criança, por	KIT	630016	30	R\$ 50,28	R\$ 1.508,40



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	meio da atividade de alinhar. O kit deve conter: 05 peças em madeira em formato de figuras sortidas (podendo ser animais como cão, gato, elefante, peixe, entre outros; meios de transporte como helicóptero, carro, entre outros; ou personagens como palhaço, etc.); 05 cadarços coloridos para alinhar. Peças devem ser confeccionadas em madeira resistente, com acabamento liso e bordas arredondadas, livres de farpas, atóxicas e seguras para uso infantil. Os cadarços devem ser de material durável, com pontas firmes para facilitar o manuseio e a inserção nos orifícios das peças.					
16	FANTOCHES DAS EMOÇÕES 2 EM FELTRO - 4 UNIDADES Fantoques de feltro representando quatro emoções distintas: ANSIEDADE, VERGONHA, TÉDIO, INVEJA. Material confeccionado em feltro colorido e macio, com expressões faciais bem definidas que ajudam a ensinar às crianças a identificar e compreender diferentes emoções. Devem se encaixar perfeitamente nas mãos, permitindo que elas brinquem e explorem o mundo das emoções de uma maneira divertida e envolvente. Com altura de 30 cm e 21 cm de comprimento.	KIT	405742	10	R\$ 161,07	R\$ 1.610,70
17	KIT ANTI STRESS SENSORIAL – AUTISMO. Kit com 6 Brinquedos. Sensoriais Especiais. Os brinquedos sensoriais devem estimular os sentidos da criança, desenvolvendo a criatividade, a curiosidade e a coordenação motora fina. Os brinquedos sortidos, devem medir de 8cm à 20cm. Esticando alguns podem chegar até 70cm. Brinquedos que podem fazer parte do kit com 6 unidades : Bolinha zoiudo, cavalinho, leão fantasma, joaninha, golfinho, tubarão, ovo dinossauro squish, réptil estica e puxa, porquinho estica e puxa, dinossauro para ansiedade, splash dino ball, monstro ventosa e compridinho.	KIT	618646	20	R\$ 144,92	R\$ 2.898,40
18	KIT 16 LIVROS INFANTIS - Fábulas + Fazendinha do Seu Lobato. Coleção com 16 livros infantis . Desenvolvidas para encantar as crianças numa leitura rápida para absorver ensinamentos com a coleção Fábulas, onde cada livro trás ensinamentos com a moral de cada estória. A coleção deve	KIT	620556	20	R\$ 35,74	R\$ 714,80

Avenida Plácido de Castro Nº 678 - Centro - CEP 69960-000

Fone: (68) 3463-2614 Fax: (68) 3463-3378 E-mail: cpl2025feijo@gmail.com



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	conter as histórias: O Galinheiro, O Cavalo e o Pônei, O Porquinho e a Ovelha, As Vaquinhas, Animais de Estimação, Seu Lobato Tem uma Fazenda, As Abelhinhas Trabalhadeiras, As Máquinas da Fazendinha. Os Músicos de Bremen, A Lebre e a Tartaruga, O Pastor Brincalhão, O Lobo Disfarçado, A Lebre e a Raposa, A Cigarra e a Formiga, A Raposa e o Galo.					
19	KIT PARA DESENVOLVIMENTO DA FALA. Conjunto com 42 fichas ilustradas que tornam o aprendizado da comunicação mais divertido e interativo. Auxilia no desenvolvimento da atenção, do raciocínio lógico e da linguagem expressiva, além de contribuir para a coordenação motora fina.	KIT	618646	20	R\$ 67,33	R\$ 1.346,60
20	ESCORREGADOR INFANTIL. A altura dos Protetores Laterais no topo da Rampa devem impedir que a criança caia para os Lados. Escorregador deve possuir 3 degraus . Material resistente ao Sol e à chuva e de fácil limpeza. Especificações: Medidas p.: (c) 1,50m X (l) 60cm X (a) 98cm. O escorregador tem como objetivo principal promover o desenvolvimento físico, social e emocional das crianças, além de estimular a coordenação motora, o equilíbrio, a coragem e a socialização.	UNIDADE	631421	05	R\$ 384,87	R\$ 1.924,35
21	CONJUNTO INFANTIL - MESINHA + 4 CADEIRAS EDUCATIVAS COLORIDAS Composto por 1 mesinha e 4 cadeiras coloridas. Modelo: Conjunto Infantil, didático e Educativo. Idade indicada: Crianças de 1 a 7 anos Finalidade: Educativa, lúdica, escolar e doméstica Formato: Quadrada (mesa). Materiais: Estrutura em aço com pintura epóxi. Assentos em plástico (polipropileno). Tampo em MDF/MDP laminado. Especificações: Medidas da mesa: 80 x 80 cm. Altura: 65 cm. Medidas da cadeira: 67 x 40 x 33 cm Capacidade: Mesa até 120 kg Cadeiras até 50 kg. Material deve ser: Fácil de limpar, com bordas arredondadas e com alta resistência. Ideal para uso em ambientes, como: Sala de aula e creches, para atividades escolares, educativas e recreativas.	CONJUNTO	453664	15	R\$ 912,67	R\$ 13.690,05
22	MACACÃO PARAQUEDAS Características Técnicas: Lona 100% algodão de alta resistência, com acolchoamento térmico especial para proteção muscular; Velcro técnico de 50mm e cadarço reforçado de 40mm para ajuste seguro;	UNIDADE	-	06	R\$ 1.246,67	R\$ 7.480,02

Avenida Plácido de Castro Nº 678 - Centro - CEP 69960-000

Fone: (68) 3463-2614 Fax: (68) 3463-3378 E-mail: cpl2025feijo@gmail.com



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	Argolas metálicas niqueladas e 2 mosquetões de 8mm para conexão a estruturas de suporte; 2 alças extras com regulagem de altura, adaptáveis a diferentes biótipos. Macacão deve ser: Lavável e durável, ideal para uso contínuo em ambientes clínicos. Cor: A critério do licitante. TAMANHOS: P: 01 a 04 anos; M: 05 a 10 anos; G: 11 a 14 anos. Macacão essencial para clínicas de fisioterapia, centros de reabilitação e hospitais que trabalham com pacientes em processo de recuperação motora. Desenvolvido para facilitar o posicionamento em pé e o treino da marcha					
23	BAMBOLÊS COLORIDOS DE PLÁSTICO , 50 cm de diâmetro, 2 cm de espessura, conexão de 8 cm.	UNIDADE	466226	50	R\$ 11,63	R\$ 581,50
24	BAMBOLÊS COLORIDOS DE PLÁSTICO , 65 cm de diâmetro, 2 cm espessura, Conexão de 10 cm.	UNIDADE	466226	50	R\$ 15,79	R\$ 789,50
VALOR TOTAL:						R\$ 76.324,97



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

ORGÃO PARTICIPANTE: ERO – FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PUBLICA - PORTO VELHO/RO						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO MINIMA DO MATERIAL	MEDIDA	CATMAT	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	CHOCALHO INFANTIL. Composto por corpo oco contendo pequenos elementos internos que produzem som ao serem agitados. Fabricado com materiais atóxicos, seguros e resistentes, com bordas arredondadas e acabamento liso, sem arestas ou rebarbas, garantindo segurança no manuseio. Produto leve, de fácil higienização, adequado para uso infantil. Deve possuir certificação compulsória do INMETRO conforme regulamentação vigente para brinquedos. Brinquedo sonoro destinado a bebês e crianças pequenas, desenvolvido para estimular a coordenação motora, percepção auditiva e visual.	UNIDADE	629115	30	R\$ 35,55	R\$ 1.066,50
2	PISCINA DE BOLINHAS – ESPUMADA QUADRADA 1,20 m x 1,20 m. Piscina infantil no formato quadrado, medindo 1,20 m x 1,20 m, destinada a atividades recreativas e de estimulação psicomotora. Confeccionada em bloco de espuma de alta densidade, oferecendo resistência, conforto e segurança durante o uso. Revestimento em material antialérgico, impermeável e lavável, de fácil higienização. Colorido e atrativo para o público infantil. Produto de primeira linha, sem uso prévio. Estrutura firme, com espuma de alta densidade e acabamento uniforme. Bordas e cantos devidamente protegidos e arredondados, sem arestas cortantes. Revestimento fixo, costurado e reforçado, resistente a rasgos. Facilidade de limpeza e manutenção. Com certificação do INMETRO, conforme regulamentação vigente para brinquedos e artigos infantis. Com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	UNIDADE	629414	05	R\$ 1.710,67	R\$ 8.553,35



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

3	CICLO ERGÔMETRO. Equipamento para exercícios de pedalagem sentado, projetado para promover condicionamento físico com baixo impacto, preservando as articulações dos joelhos e demais membros inferiores. Estrutura: Resistente, de uso estável e silencioso, adequado para reabilitação física, fortalecimento muscular e exercícios aeróbicos leves a moderados. Deve permitir ajuste de intensidade/resistência, possuir pedais com tiras ou faixas de fixação para segurança durante o uso e assento ergonômico, confortável e regulável em altura e distância (quando aplicável). Produto novo, de primeira linha, sem uso prévio. Estrutura firme e estável, com base antiderrapante. Sistema de resistência ajustável de fácil manuseio. Acabamento livre de rebarbas ou bordas cortantes. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Instruções de montagem, uso e manutenção em português.	UNIDADE	444941	03	R\$ 266,23	R\$ 798,69
4	ESTRUTURA PARA INTEGRAÇÃO SENSORIAL. Estrutura confeccionada em aço de alta resistência, destinada a atividades de integração sensorial, psicomotricidade e desenvolvimento físico. Composta por módulos e elementos para escalada, estimulando habilidades motoras, coordenação, equilíbrio e força muscular. Acabamento com pintura eletrostática na cor escolhida pelo contratante, resistente a riscos e corrosão. Produto projetado para uso seguro em ambientes internos ou externos, com fixação estável e cantos arredondados. Produto novo, de primeira linha, sem uso prévio. Estrutura firme e segura, com soldas e fixações reforçadas. Superfícies lisas, livres de rebarbas ou arestas cortantes. Deve atender às normas técnicas de segurança aplicáveis para brinquedos e equipamentos de recreação infantil (ex.: ABNT NBR 16071 e atualizações). Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Manual de instalação, uso e manutenção em português.	UNIDADE	622320	03	R\$ 5.271,50	R\$ 15.814,50
5	CIRCUITO ESPUMADO PARA MOTRICIDADE INFANTIL – 4 PEÇAS COLORIDO. Equipamento lúdico destinado ao desenvolvimento motor e coordenação infantil. Composto por 4 módulos espumados revestidos em corino resistente, de fácil higienização e cores variadas, que podem ser encaixados para	KIT	618646	05	R\$ 1.006,07	R\$ 5.030,35

Avenida Plácido de Castro Nº 678 - Centro - CEP 69960-000

Fone: (68) 3463-2614 Fax: (68) 3463-3378 E-mail: cpl2025feijo@gmail.com



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	formar diferentes percursos. Medidas totais aproximadas do conjunto montado: 1,20 m (comprimento) x 1,20 m (largura) x 0,30 m (altura). Indicado para crianças de até 5 anos de idade. Estrutura interna confeccionada em espuma de alta densidade, garantindo conforto e segurança durante o uso. Produto com acabamentos reforçados, costuras resistentes e base antiderrapante.					
6	CAVALINHO DE BORRACHA. Brinquedo infantil confeccionado em borracha resistente, atóxica e de alta durabilidade. Projetado para uso seguro por crianças pequenas. Deve possuir formato anatômico que facilite o assento e o manuseio, contribuindo para o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio e fortalecimento muscular. Deve ser leve, de fácil higienização, com cores vivas e atrativas para o público infantil.	UNIDADE	618646	10	R\$ 69,68	R\$ 696,80
7	ANDADOR DIDÁTICO 4 EM 1. Brinquedo multifuncional projetado para acompanhar o desenvolvimento infantil desde os primeiros passos até a fase de introdução alimentar. Deve possuir quatro funções em um único produto: Andador com estrutura estável e rodas seguras; Central de atividades removível com elementos interativos para estímulo sensorial e cognitivo; Mesa de refeição prática; Suporte ajustável para garantir conforto e segurança. Confeccionado em material resistente, atóxico e de fácil higienização, com design ergonômico e cores atrativas para o público infantil.	UNIDADE	629114	02	R\$ 233,33	R\$ 466,66
8	BALANÇO SENSORIAL. Equipamento terapêutico destinado à estimulação sensorial e ao apoio ao desenvolvimento infantil. Confeccionado em lycra ou outro material elástico de alta resistência, formando um casulo seguro que envolve a criança, proporcionando pressão profunda e estímulo vestibular. Estrutura de sustentação robusta e estável, com fixações seguras para uso interno, garantindo conforto e segurança durante a atividade. Indicado para crianças em processos de desenvolvimento motor, sensorial e de equilíbrio. Produto de fácil higienização e manutenção.	UNIDADE	630416	05	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

9	BRINQUEDO PEDAGÓGICO DE MADEIRA INFANTIL Kit 3 Brinquedos Educativos de Encaixe e Montagem – Coordenação Motora, Criatividade e Desenvolvimento Cognitivo. Composto por 1 Bate Pinos, 1 Cubo de Encaixe e 1 Prancha de Seleção. Material: Madeira Colorido. Certificação do INMETRO	KIT	618646	10	R\$ 137,94	R\$ 1.379,40
10	BRINQUEDO DE ENCAIXE DIVERTIDO COM PINOS MDF – FORMAS. Brinquedo para o aprendizado e a cooperação motora das crianças com o Quebra-Cabeça. Encaixe Formas. Feito em MDF resistente e seguro. Indicado para crianças a partir de 3 anos. Proporcione diversão e aprendizado com: Dimensões aproximadas: 30 x 22,5 x 0,5 cm; 1 tabuleiro com 11 Formas de encaixe. - Com certificação do INMETRO.	UNIDADE	618702	20	R\$ 48,02	R\$ 960,40
11	KIT PARA PSICOMOTRICIDADE INFANTIL. Conjunto de equipamentos destinado ao desenvolvimento motor, coordenação, agilidade, flexibilidade, reflexos e equilíbrio de crianças, promovendo diversão e aprendizado em diversos níveis de dificuldade. Deve permitir a montagem de circuitos variados, com praticidade no transporte e instalação. Componentes confeccionados em PVC resistente (balizas, arcos e aros) e polietileno (bases, preenchíveis exclusivamente com água), com sistema de encaixe seguro das balizas, garantindo estabilidade e segurança durante o uso. Composição do kit (06 estações): 47 bases; 08 semicírculos de tamanhos diferenciados; 04 aros; 12 balizas grandes distintas; 11 balizas pequenas; 09 barreiras horizontais; 04 balizas com diferenças diferenciadas; 46 pilotos; 20 argolas de níveis e núcleos diferenciadores.	KIT	620045	05	R\$ 554,17	R\$ 2.770,85
12	BRINQUEDO EDUCATIVO – KIT DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS DE PERCUSSÃO (22 PEÇAS). Conjunto de instrumentos musicais multifuncionais destinado a bebês e crianças, promovendo desenvolvimento sensorial, percepção auditiva, coordenação motora e criatividade. Kit composto por 22 peças, incluindo instrumentos de percussão, vibração e sopro, permitindo múltiplas atividades musicais e pedagógicas. Confeccionados em materiais resistentes, atóxicos e seguros, adequados para o manuseio infantil. Com design ergonômico e cores atrativas. Produto indicado para uso em ambientes	KIT	462302	10	R\$ 253,25	R\$ 2.532,50

Avenida Plácido de Castro Nº 678 - Centro - CEP 69960-000

Fone: (68) 3463-2614 Fax: (68) 3463-3378 E-mail: cpl2025feijo@gmail.com



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	educativos, recreativos e terapêuticos, estimulando a musicalidade, o ritmo e o aprendizado lúdico de forma segura.					
13	KIT BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS – PRIMEIRA INFÂNCIA (9 PEÇAS). Conjunto de brinquedos educativos projetado para estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial de crianças na primeira infância. Kit composto por 9 peças diversificadas , cada uma com função pedagógica específica: 1 quadrado com quatro colunas para coordenação motora; 1 conjunto de pequenas contas redondas vermelhas para contagem e manipulação; 1 brinquedo articulado de madeira em formato de lagarta para estímulo da lógica e coordenação; 1 xilofone infantil para percepção musical; 1 relógio em formato de pinguim para aprendizado de horas; 1 cubo didático para raciocínio lógico e habilidades de empilhamento; 1 marreta para coordenação motora e estímulo tátil; 1 conjunto de chocalhos para percepção auditiva; 1 tábua pequena para atividades de encaixe e equilíbrio; Todos os componentes devem confeccionados em materiais resistentes, atóxicos e seguros, adequados para crianças, com cores vivas e acabamento liso, garantindo diversão e aprendizado em atividades pedagógicas, recreativas e de estimulação sensorial.	KIT	618646	05	R\$ 209,53	R\$ 1.047,65
14	KIT COORDENAÇÃO MOTORA FINA E SENSORIAL. O kit deve conter: 100 pompons (coloridos - tamanho 2 cm);6 potinhos de silicone (6 cores diferentes - 7x4.5x3.2 cm);1 pinça cor azul (tamanho: 12.8 cm) para itens grandes; 1 pinça cor verde (tamanho 10.5 cm) para itens pequenos; 1 tesoura bola cor laranja; 2 conta gotas (colorido); 5 pacotes de bolas em gel aproximadamente 145 bolinhas em cada pacote sortidos.	KIT	618646	05	R\$ 232,60	R\$ 1.163,00
15	JOGO DE COORDENAÇÃO MOTORA ALINHAVO. Kit pedagógico destinado ao estímulo da coordenação motora fina, concentração, criatividade e percepção visual da criança, por meio	KIT	630016	30	R\$ 50,28	R\$ 1.508,40



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	da atividade de alinhar. O kit deve conter: 05 peças em madeira em formato de figuras sortidas (podendo ser animais como cão, gato, elefante, peixe, entre outros; meios de transporte como helicóptero, carro, entre outros; ou personagens como palhaço, etc.); 05 cadarços coloridos para alinhar. Peças devem ser confeccionadas em madeira resistente, com acabamento liso e bordas arredondadas, livres de farpas, atóxicas e seguras para uso infantil. Os cadarços devem ser de material durável, com pontas firmes para facilitar o manuseio e a inserção nos orifícios das peças.					
16	FANTOCHES DAS EMOÇÕES 2 EM FELTRO - 4 UNIDADES Fantoques de feltro representando quatro emoções distintas: ANSIEDADE, VERGONHA, TÉDIO, INVEJA. Material confeccionado em feltro colorido e macio, com expressões faciais bem definidas que ajudam a ensinar às crianças a identificar e compreender diferentes emoções. Devem se encaixar perfeitamente nas mãos, permitindo que elas brinquem e explorem o mundo das emoções de uma maneira divertida e envolvente. Com altura de 30 cm e 21 cm de comprimento.	KIT	405742	10	R\$ 161,07	R\$ 1.610,70
17	KIT ANTI STRESS SENSORIAL – AUTISMO. Kit com 6 Brinquedos. Sensoriais Especiais. Os brinquedos sensoriais devem estimular os sentidos da criança, desenvolvendo a criatividade, a curiosidade e a coordenação motora fina. Os brinquedos sortidos, devem medir de 8cm à 20cm. Esticando alguns podem chegar até 70cm. Brinquedos que podem fazer parte do kit com 6 unidades: Bolinha zoiudo, cavalinho, leão fantasma, joaninha, golfinho, tubarão, ovo dinossauro squish, réptil estica e puxa, porquinho estica e puxa, dinossauro para ansiedade, splash dino ball, monstro ventosa e compridinho.	KIT	618646	20	R\$ 144,92	R\$ 2.898,40
18	KIT 16 LIVROS INFANTIS - Fábulas + Fazendinha do Seu Lobato. Coleção com 16 livros infantis. Desenvolvidas para encantar as crianças numa leitura rápida para absorver ensinamentos com a coleção Fábulas, onde cada livro trás ensinamentos com a moral de cada estória. A coleção deve conter as histórias: O Galinheiro, O Cavalo e o Pônei, O Porquinho e a Ovelha, As Vaquinhas, Animais de Estimação, Seu Lobato Tem uma Fazenda, As	KIT	620556	20	R\$ 35,74	R\$ 714,80

Avenida Plácido de Castro Nº 678 - Centro - CEP 69960-000

Fone: (68) 3463-2614 Fax: (68) 3463-3378 E-mail: cpl2025feijo@gmail.com



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	Abelhinhas Trabalhadeiras, As Máquinas da Fazendinha. Os Músicos de Bremen, A Lebre e a Tartaruga, O Pastor Brincalhão, O Lobo Disfarçado, A Lebre e a Raposa, A Cigarra e a Formiga, A Raposa e o Galo.					
19	KIT PARA DESENVOLVIMENTO DA FALA. Conjunto com 42 fichas ilustradas que tornam o aprendizado da comunicação mais divertido e interativo. Auxilia no desenvolvimento da atenção, do raciocínio lógico e da linguagem expressiva, além de contribuir para a coordenação motora fina.	KIT	618646	20	R\$ 67,33	R\$ 1.346,60
20	ESCORREGADOR INFANTIL. A altura dos Protetores Laterais no topo da Rampa devem impedir que a criança caia para os Lados. Escorregador deve possuir 3 degraus . Material resistente ao Sol a à chuva e de fácil limpeza. Especificações: Medidas p.: (c) 1,50m X (l) 60cm X (a) 98cm. O escorregador tem como objetivo principal promover o desenvolvimento físico, social e emocional das crianças, além de estimular a coordenação motora, o equilíbrio, a coragem e a socialização.	UNIDADE	631421	05	R\$ 384,87	R\$ 1.924,35
21	CONJUNTO INFANTIL – MESINHA + 4 CADEIRAS EDUCATIVAS COLORIDAS Composto por 1 mesinha e 4 cadeiras coloridas. Modelo: Conjunto Infantil, didático e Educativo. Idade indicada: Crianças de 1 a 7 anos Finalidade: Educativa, lúdica, escolar e doméstica Formato: Quadrada (mesa). Materiais: Estrutura em aço com pintura epóxi. Assentos em plástico (polipropileno). Tampo em MDF/MDP laminado. Especificações: Medidas da mesa: 80 x 80 cm. Altura: 65 cm. Medidas da cadeira: 67 x 40 x 33 cm Capacidade: Mesa até 120 kg Cadeiras até 50 kg. Material deve ser: Fácil de limpar, com bordas arredondadas e com alta resistência. Ideal para uso em ambientes, como: Sala de aula e creches, para atividades escolares, educativas e recreativas.	CONJUNTO	453664	15	R\$ 912,67	R\$ 13.690,05
22	MACACÃO PARAQUEDAS Características Técnicas: Lona 100% algodão de alta resistência, com acolchoamento térmico especial para proteção muscular; Velcro técnico de 50mm e cadarço reforçado de 40mm para ajuste seguro; Argolas metálicas niqueladas e 2 mosquetões de 8mm para conexão a estruturas de suporte; 2 alças extras com regulagem de altura, adaptáveis a	UNIDADE	-	06	R\$ 1.246,67	R\$ 7.480,02

Avenida Plácido de Castro Nº 678 - Centro - CEP 69960-000
Fone: (68) 3463-2614 Fax: (68) 3463-3378 E-mail: cpl2025feijo@gmail.com



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	diferentes biótipos. Macacão deve ser: Lavável e durável, ideal para uso contínuo em ambientes clínicos. Cor: A critério do licitante. TAMANHOS: P: 01 a 04 anos; M: 05 a 10 anos; G: 11 a 14 anos. Macacão essencial para clínicas de fisioterapia, centros de reabilitação e hospitais que trabalham com pacientes em processo de recuperação motora. Desenvolvido para facilitar o posicionamento em pé e o treino da marcha					
23	BAMBOLES COLORIDOS DE PLÁSTICO , 50 cm de diâmetro, 2 cm de espessura, conexão de 8 cm.	UNIDADE	466226	50	R\$ 11,63	R\$ 581,50
24	BAMBOLES COLORIDOS DE PLÁSTICO , 65 cm de diâmetro, 2 cm espessura, Conexão de 10 cm.	UNIDADE	466226	50	R\$ 15,79	R\$ 789,50
VALOR TOTAL:						R\$ 76.324,97



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

- 1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos) contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo a eventual e futura **aquisição de materiais lúdicos, visando atender às necessidades do Centro de Atendimento ao Autista e dos consultórios de psicologia** da Secretaria Municipal de Saúde de Feijó – Acre, utilizando o Sistema de Registro de Preços.

A contratação justifica-se pela necessidade contínua e variável de recursos terapêuticos que assegurem o adequado desenvolvimento das atividades psicológicas, pedagógicas e de estimulação sensorial, incluindo jogos educativos, materiais psicopedagógicos, instrumentos de apoio terapêutico, itens de organização e demais recursos essenciais para o atendimento qualificado dos usuários.

Trata-se de medida destinada a garantir eficiência, qualidade e continuidade dos serviços de atenção especializada, considerando que a demanda por materiais lúdicos é dinâmica e pode variar conforme o número de pacientes, as estratégias terapêuticas adotadas e as necessidades específicas identificadas pelas equipes multiprofissionais.

A utilização do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), mostra-se a modalidade mais adequada para este tipo de aquisição, pois possibilita o fornecimento gradual e conforme a necessidade, sem obrigatoriedade de contratação imediata, assegurando maior flexibilidade, planejamento, economicidade e controle dos recursos destinados às ações de apoio terapêutico e psicossocial.

A presente contratação está fundamentada nos seguintes princípios constitucionais e legais:

Princípio da Eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal) — que orienta a Administração a buscar melhor alocação de recursos, resultados e desempenho funcional;

Princípio da Economicidade — ao permitir aquisições de acordo com a necessidade real, evitando desperdícios, reduzindo custos desnecessários e otimizando o uso dos recursos públicos;

Art. 82 da Lei nº 14.133/2021 — que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, possibilitando contratações frequentes de forma racional, eficiente e planejada;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

Planejamento da contratação (artigos. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021) — que estabelece a necessidade de alinhamento da contratação aos objetivos institucionais, garantindo a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços públicos municipais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução proposta consiste na aquisição de materiais lúdicos destinados a apoiar as atividades desenvolvidas no Centro de Atendimento ao Autista e nos consultórios de psicologia da rede municipal de saúde do Município de Feijó – Acre, com fornecimento conforme a demanda identificada ao longo da execução contratual.

A medida tem por objetivo garantir a disponibilidade contínua, adequada e regular de recursos pedagógicos e terapêuticos essenciais ao desenvolvimento das ações de acolhimento, estimulação, acompanhamento psicológico e promoção da saúde mental, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento, da efetividade das intervenções e da otimização dos serviços prestados à população.

3.1 Ciclo de Vida do Objeto

Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução abrange as seguintes etapas:

- Planejamento da demanda: levantamento das necessidades do Centro de Atendimento ao Autista e dos consultórios de psicologia da rede municipal de saúde, com base no perfil do público atendido, nas atividades terapêuticas desenvolvidas e nas projeções de atendimento futuro;
- Aquisição por meio do processo licitatório adequado: seleção de fornecedores conforme a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), assegurando competitividade, qualidade, segurança e conformidade técnica dos materiais lúdicos adquiridos;
- Fornecimento conforme cronograma ou requisições: entrega dos materiais de acordo com a demanda das unidades de saúde, garantindo a continuidade das atividades terapêuticas e de atendimento especializado;
- Recebimento, conferência e armazenamento: verificação da conformidade dos itens entregues quanto à qualidade, especificações técnicas, adequação ao uso terapêutico e integridade, seguida do devido registro e armazenamento apropriado;
- Uso, manutenção e substituição (quando aplicável): utilização adequada dos materiais lúdicos no desenvolvimento das atividades terapêuticas, com manutenção e reposição periódica, especialmente no caso de itens duráveis ou sujeitos a desgaste;
- Descarte (quando aplicável): destinação adequada dos materiais lúdicos que se tornarem inservíveis, danificados ou inadequados para uso terapêutico, observando critérios de segurança, higiene e as normas ambientais e sanitárias vigentes, de **modo a não comprometer a qualidade do atendimento nem a saúde dos usuários.**



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

3.2 Especificação do Produto

Os itens a serem adquiridos serão devidamente especificados em planilhas anexas ao Termo de Referência, com **descrições técnicas detalhadas**, visando garantir:

- Qualidade mínima exigida;
- Padrões de desempenho e compatibilidade com os equipamentos e ambientes existentes;
- Prazo máximo de entrega;
- Normas técnicas e de segurança aplicáveis (ABNT, INMETRO, Anvisa, etc.)

A especificação será elaborada de forma **impressoal, clara e objetiva, com base em pesquisas de mercado e padrões técnicos**, conforme exigido pelos arts. 42 e 46 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Considerações Finais

1. A aquisição de materiais lúdicos mostra-se adequada para atender às necessidades das atividades desenvolvidas no Centro de Atendimento ao Autista e nos consultórios de psicologia, assegurando suporte adequado às práticas terapêuticas, pedagógicas e de estimulação sensorial. A medida contribui para maior eficiência das intervenções, melhoria do planejamento das ações e uso racional dos recursos públicos. A contratação observa os princípios da administração pública, especialmente legalidade, eficiência, economicidade e planejamento, garantindo condições essenciais para o pleno funcionamento e o fortalecimento dos serviços especializados prestados à população.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos Gerais:

- **Atendimento à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, bem como às demais normas complementares aplicáveis ao processo de aquisição de materiais lúdicos;
- Observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento e economicidade, garantindo uma contratação transparente, racional e alinhada ao interesse público;
- Os materiais lúdicos deverão ser novos, de primeiro uso, estar em perfeito estado de conservação e segurança, e atender integralmente às especificações técnicas e aos requisitos de adequação terapêutica descritos no Termo de Referência e nos anexos do edital;
- Os fornecedores deverão comprovar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como atender aos requisitos de habilitação jurídica, qualificação técnica e capacidade econômico-financeira, conforme os critérios estabelecidos no edital.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

4.2 Requisitos para Fornecimento:

- Entrega conforme solicitação formal da Secretaria Municipal de Saúde, durante o prazo de vigência contratual, atendendo às necessidades administrativas de forma contínua e eficiente;
- Os materiais deverão ser entregues no prazo de até 30 dias, contados da data de emissão da solicitação ou ordem de fornecimento expedida pela Administração;
- A entrega deverá ocorrer no lugar indicado pela secretaria demandante, sem custos adicionais, incluindo transporte, descarregamento, movimentação e quaisquer encargos logísticos necessários;
- Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e apresentar condições adequadas de durabilidade e segurança, especialmente no caso de materiais lúdicos e pedagógicos de uso terapêutico, considerando a frequência de utilização e o público atendido;
- Os fornecedores deverão substituir imediatamente quaisquer itens que apresentarem defeito, estejam fora das especificações, sejam entregues com avarias ou não atendam aos padrões de qualidade exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.3 Requisitos Administrativos e Contratuais:

- A contratação será formalizada por meio de instrumento contratual, com prazo de vigência definido no edital, observando a legislação aplicável;
- Não haverá possibilidade de utilização do contrato por outros órgãos públicos, sendo seu uso restrito às Secretarias demandantes;
- O fornecedor estará sujeito às penalidades administrativas previstas no edital, no contrato e na legislação vigente, em caso de descumprimento das obrigações assumidas, incluindo atrasos, entregas incorretas ou materiais fora das especificações;
- A Administração reserva-se o direito de adquirir apenas as quantidades necessárias dos itens contratados, conforme conveniência e oportunidade, alinhadas ao interesse público e às necessidades administrativas.

4.4 Requisitos de Sustentabilidade (quando aplicável):

- *Preferência por materiais lúdicos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, incluindo certificações reconhecidas (ex.: ISO 14001, selo verde, produtos provenientes de fontes responsáveis, entre outros), sempre que compatíveis com o uso terapêutico;*
- *Utilização de embalagens recicláveis, recicladas ou biodegradáveis, sempre que tecnicamente viável e adequada à preservação e segurança dos materiais lúdicos adquiridos;*
- *Fornecedores que adotem práticas de responsabilidade socioambiental poderão receber avaliação positiva em critérios de desempate, desde que tal previsão esteja expressamente estabelecida no edital e em conformidade com a legislação vigente.*

Indicação de marcas ou modelos:

- 4.5** Não será exigida, na presente contratação, a indicação de marcas ou modelos específicos, devendo os licitantes apresentar prospectos, catálogos, fichas técnicas ou materiais descritivos que permitam a verificação das características, especificações técnicas, qualidade, segurança e adequação dos materiais lúdicos ofertados ao uso terapêutico.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

Subcontratação

4.6 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em face da baixa complexidade e risco para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	Entrega imediata, conforme a necessidade da Secretaria.	Até 30 (trinta) dias contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.
2ª	Entrega subsequente, conforme demanda, durante a vigência do contrato.	Até 30 (trinta) dias contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.

5.2 Local de Entrega

Os bens deverão ser entregues na Rua João Ambrósio Taveira, S/N – Bairro Cidade Nova, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, em dias úteis, no horário de expediente, mediante agendamento prévio com o setor responsável pelo recebimento.

5.3 Prazo de Entrega

- O prazo para entrega será de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de emissão da respectiva **Ordem de Fornecimento**.
- Em casos excepcionais e devidamente justificados pela Administração, esse prazo poderá ser ajustado conforme as necessidades da unidade solicitante e disponibilidade do fornecedor.

5.4 Forma de Entrega

- Os materiais deverão ser entregues **totalmente embalados, lacrados, identificados e acompanhados da nota fiscal**.
- O transporte, descarregamento e manuseio dos materiais até o local indicado serão de **inteira responsabilidade do fornecedor, sem qualquer ônus adicional** para o Município.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

5.5 Recebimento dos Itens

- Itens que não estiverem em conformidade com as especificações exigidas serão **recusados** e deverão ser substituídos **imediatamente**, sem qualquer custo para a Administração.

5.6 Substituição de Produtos com Defeito ou Irregularidade

- Produtos com defeito, vencidos, danificados ou entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados da notificação da irregularidade.
- O não cumprimento desta condição sujeitará o fornecedor às **sanções administrativas** previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021.

5.7 Condições Adicionais

- O fornecedor deverá manter **estoque mínimo disponível**, de forma a garantir o cumprimento dos prazos de entrega.
- A Prefeitura se reserva o direito de **recusar entregas parciais não autorizadas**, ou realizadas fora do prazo estabelecido.

5.8 Reserva para microempresas e empresas de pequeno porte:

- Para cumprimento ao Art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, no presente certame, todos os itens serão destinados à participação **exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte – Acre**. Para cada item deverá haver a participação de no mínimo 03 microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, com a apresentação de proposta. O não atendimento à condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no Art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, tornando o item de ampla disputa.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput**).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II**);

6.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (**Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III**);

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (**Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV**).

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (**Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V**).

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (**Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII**).

Fiscalização Administrativa

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (**Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022**).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (**Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV**).

Gestor do Contrato



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

- 6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

- 7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o **inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021**, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias para fins de liquidação, na forma desta seção.
- 7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o **inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021**.
- 7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.10.1 O prazo de validade;
 - 7.10.2 A data da emissão;
 - 7.10.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.10.4 O período respectivo de execução do contrato;
 - 7.10.5 O valor a pagar; e
 - 7.10.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

- 7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado.
- 7.16 o, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.19 O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 7.20 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice do *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

7.23.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

Forma de fornecimento

8.1 O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) *Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);*

c) *Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)*

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

- 8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.12 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.13 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.14 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.15 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.16 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.17 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.18 documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.19 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.20 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.21 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.22 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.23 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.24 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.25 Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.26 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.27 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.28 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.29 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.30 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} \text{LG} = & \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Ativo Total}} \end{array}$$



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.31 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.32 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

8.33 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.34 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.35 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.36 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.37 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

8.37.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.38 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.39 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.39.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

8.39.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.39.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

Disposições gerais sobre a habilitação

8.40 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.41 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.42 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.43 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.44 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 76.324,97 (Setenta e seis mil, trezentos e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos abaixo.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

ITEM	DISCRIMINAÇÃO MINIMA DO MATERIAL	MEDIDA	QUANT	BANCO DE PREÇOS			MÉDIA	MÉDIA
				VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR DO SERVIÇO CONTRATADO
1	CHOCALHO INFANTIL. Composto por corpo oco contendo pequenos elementos internos que produzem som ao serem agitados. Fabricado com materiais atóxicos, seguros e resistentes, com bordas arredondadas e acabamento liso, sem arestas ou rebarbas, garantindo segurança no manuseio. Produto leve, de fácil higienização, adequado para uso infantil. Deve possuir certificação compulsória do INMETRO conforme regulamentação vigente para brinquedos. Brinquedo sonoro destinado a bebês e crianças pequenas, desenvolvido para estimular a coordenação motora, percepção auditiva e visual.	UNIDADE	30	R\$ 31,76	R\$ 34,90	R\$ 40,00	R\$ 35,55	R\$ 1.066,50
2	PISCINA DE BOLINHAS – ESPUMADA QUADRADA 1,20 m x 1,20 m. Piscina infantil no formato quadrado, medindo 1,20 m x 1,20 m, destinada a atividades recreativas e de estimulação psicomotora. Confeccionada em bloco de espuma de alta densidade, oferecendo resistência, conforto e segurança durante o uso. Revestimento em material antialérgico, impermeável e lavável, de fácil higienização. Colorido e atrativo para o público infantil. Produto de primeira linha, sem uso prévio. Estrutura firme, com espuma de alta densidade e acabamento uniforme. Bordas e cantos devidamente protegidos e arredondados, sem arestas cortantes. Revestimento fixo, costurado e reforçado, resistente a rasgos. Facilidade de limpeza e	UNIDADE	05	R\$ 1.400,00	R\$ 1.799,00	R\$ 1.933,00	R\$ 1.710,67	R\$ 8.553,35

Avenida Plácido de Castro Nº 678 - Centro - CEP 69960-000

Fone: (68) 3463-2614 Fax: (68) 3463-3378 E-mail: cpl2025feijo@gmail.com





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	manutenção. Com certificação do INMETRO, conforme regulamentação vigente para brinquedos e artigos infantis. Com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.							
3	CICLO ERGÔMETRO. Equipamento para exercícios de pedalagem sentado, projetado para promover condicionamento físico com baixo impacto, preservando as articulações dos joelhos e demais membros inferiores. Estrutura: Resistente, de uso estável e silencioso, adequado para reabilitação física, fortalecimento muscular e exercícios aeróbicos leves a moderados. Deve permitir ajuste de intensidade/resistência, possuir pedais com tiras ou faixas de fixação para segurança durante o uso e assento ergonômico, confortável e regulável em altura e distância (quando aplicável). Produto novo, de primeira linha, sem uso prévio. Estrutura firme e estável, com base antiderrapante. Sistema de resistência ajustável de fácil manuseio. Acabamento livre de rebarbas ou bordas cortantes. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Instruções de montagem, uso e manutenção em português.	UNIDADE	03	R\$ 238,80	R\$ 264,00	R\$ 295,88	R\$ 266,23	R\$ 798,69
4	ESTRUTURA PARA INTEGRAÇÃO SENSORIAL. Estrutura confeccionada em aço de alta resistência, destinada a atividades de integração sensorial, psicomotricidade e desenvolvimento físico. Composta por módulos e elementos para escalada, estimulando habilidades motoras, coordenação, equilíbrio e força muscular. Acabamento com pintura eletrostática na cor	UNIDADE	03	R\$ 5.016,50	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00	R\$ 5.271,50	R\$ 15.814,50



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	escolhida pelo contratante, resistente a riscos e corrosão. Produto projetado para uso seguro em ambientes internos ou externos, com fixação estável e cantos arredondados. Produto novo, de primeira linha, sem uso prévio. Estrutura firme e segura, com soldas e fixações reforçadas. Superfícies lisas, livres de rebarbas ou arestas cortantes. Deve atender às normas técnicas de segurança aplicáveis para brinquedos e equipamentos de recreação infantil (ex.: ABNT NBR 16071 e atualizações). Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Manual de instalação, uso e manutenção em português.							
5	CIRCUITO ESPUMADO PARA MOTRICIDADE INFANTIL – 4 PEÇAS COLORIDO. Equipamento lúdico destinado ao desenvolvimento motor e coordenação infantil. Composto por 4 módulos espumados revestidos em corino resistente, de fácil higienização e cores variadas, que podem ser encaixados para formar diferentes percursos. Medidas totais aproximadas do conjunto montado: 1,20 m (comprimento) x 1,20 m (largura) x 0,30 m (altura). Indicado para crianças de até 5 anos de idade. Estrutura interna confeccionada em espuma de alta densidade, garantindo conforto e segurança durante o uso. Produto com acabamentos reforçados, costuras resistentes e base antiderrapante.	KIT	05	R\$ 864,22	R\$ 995,00	R\$ 1.159,00	R\$ 1.006,07	R\$ 5.030,35
6	CAVALINHO DE BORRACHA. Brinquedo infantil confeccionado em borracha resistente, atóxica e de alta durabilidade. Projetado para uso seguro por crianças pequenas. Deve	UNIDADE	10	R\$ 69,03	R\$ 70,00	R\$ 70,00	R\$ 69,68	R\$ 696,80



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	possuir formato anatômico que facilite o assento e o manuseio, contribuindo para o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio e fortalecimento muscular. Deve ser leve, de fácil higienização, com cores vivas e atrativas para o público infantil.							
7	ANDADOR DIDÁTICO 4 EM 1. Brinquedo multifuncional projetado para acompanhar o desenvolvimento infantil desde os primeiros passos até a fase de introdução alimentar. Deve possuir quatro funções em um único produto: Andador com estrutura estável e rodas seguras; Central de atividades removível com elementos interativos para estímulo sensorial e cognitivo; Mesa de refeição prática; Suporte ajustável para garantir conforto e segurança. Confeccionado em material resistente, atóxico e de fácil higienização, com design ergonômico e cores atrativas para o público infantil.	UNIDADE	02	R\$ 220,00	R\$ 224,99	R\$ 255,00	R\$ 233,33	R\$ 466,66
8	BALANÇO SENSORIAL. Equipamento terapêutico destinado à estimulação sensorial e ao apoio ao desenvolvimento infantil. Confeccionado em lycra ou outro material elástico de alta resistência, formando um casulo seguro que envolve a criança, proporcionando pressão profunda e estímulo vestibular. Estrutura de sustentação robusta e estável, com fixações seguras para uso interno, garantindo conforto e segurança durante a atividade. Indicado para crianças em processos de desenvolvimento motor, sensorial e de equilíbrio. Produto de fácil higienização e manutenção.	UNIDADE	05	R\$ 260,00	R\$ 320,00	R\$ 320,00	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

9	BRINQUEDO PEDAGÓGICO DE MADEIRA INFANTIL Kit 3 Brinquedos Educativos de Encaixe e Montagem – Coordenação Motora, Criatividade e Desenvolvimento Cognitivo. Composto por 1 Bate Pinos, 1 Cubo de Encaixe e 1 Prancha de Seleção. Material: Madeira Colorido. Certificação do INMETRO	KIT	10	R\$ 133,72	R\$ 134,78	R\$ 145,33	R\$ 137,94	R\$ 1.379,40
10	BRINQUEDO DE ENCAIXE DIVERTIDO COM PINOS MDF – FORMAS. Brinquedo para o aprendizado e a cooperação motora das crianças com o Quebra-Cabeça. Encaixe Formas. Feito em MDF resistente e seguro. Indicado para crianças a partir de 3 anos. Proporcione diversão e aprendizado com: Dimensões aproximadas: 30 x 22,5 x 0,5 cm; 1 tabuleiro com 11 Formas de encaixe. - Com certificação do INMETRO.	UNIDADE	20	R\$ 41,70	R\$ 50,90	R\$ 51,47	R\$ 48,02	R\$ 960,40
11	KIT PARA PSICOMOTRICIDADE INFANTIL. Conjunto de equipamentos destinado ao desenvolvimento motor, coordenação, agilidade, flexibilidade, reflexos e equilíbrio de crianças, promovendo diversão e aprendizado em diversos níveis de dificuldade. Deve permitir a montagem de circuitos variados, com praticidade no transporte e instalação. Componentes confeccionados em PVC resistente (balizas, arcos e aros) e polietileno (bases, preencheíveis exclusivamente com água), com sistema de encaixe seguro das balizas, garantindo estabilidade e segurança durante o uso. Composição do kit (06 estações): 47 bases; 08 semicírculos de tamanhos diferenciados; 04 aros; 12 balizas grandes distintas; 11 balizas pequenas; 09	KIT	05	R\$ 437,50	R\$ 595,00	R\$ 630,00	R\$ 554,17	R\$ 2.770,85



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	barreiras horizontais; 04 balizas com diferenças diferenciadas; 46 pilotos; 20 argolas de níveis e núcleos diferenciadores.							
12	BRINQUEDO EDUCATIVO – KIT DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DE PERCUSSÃO (22 PEÇAS). Conjunto de instrumentos musicais multifuncionais destinado a bebês e crianças, promovendo desenvolvimento sensorial, percepção auditiva, coordenação motora e criatividade. Kit composto por 22 peças, incluindo instrumentos de percussão, vibração e sopro, permitindo múltiplas atividades musicais e pedagógicas. Confeccionados em materiais resistentes, atóxicos e seguros, adequados para o manuseio infantil. Com design ergonômico e cores atrativas. Produto indicado para uso em ambientes educativos, recreativos e terapêuticos, estimulando a musicalidade, o ritmo e o aprendizado lúdico de forma segura.	KIT	10	R\$ 243,00	R\$ 258,00	R\$ 258,75	R\$ 253,25	R\$ 2.532,50
13	KIT BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS – PRIMEIRA INFÂNCIA (9 PEÇAS). Conjunto de brinquedos educativos projetado para estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial de crianças na primeira infância. Kit composto por 9 peças diversificadas, cada uma com função pedagógica específica: 1 quadrado com quatro colunas para coordenação motora; 1 conjunto de pequenas contas redondas vermelhas para contagem e manipulação; 1 brinquedo articulado de madeira em formato de lagarta para estímulo da lógica e coordenação;	KIT	05	R\$ 199,00	R\$ 200,00	R\$ 229,60	R\$ 209,53	R\$ 1.047,65



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	1 xilofone infantil para percepção musical; 1 relógio em formato de pinguim para aprendizado de horas; 1 cubo didático para raciocínio lógico e habilidades de empilhamento; 1 marreta para coordenação motora e estímulo tátil; 1 conjunto de chocalhos para percepção auditiva; 1 tábua pequena para atividades de encaixe e equilíbrio; Todos os componentes devem confeccionados em materiais resistentes, atóxicos e seguros, adequados para crianças, com cores vivas e acabamento liso, garantindo diversão e aprendizado em atividades pedagógicas, recreativas e de estimulação sensorial.							
14	KIT COORDENAÇÃO MOTORA FINA E SENSORIAL. O kit deve conter: 100 pompons (coloridos - tamanho 2 cm); 6 potinhos de silicone (6 cores diferentes - 7x4.5x3.2 cm); 1 pinça cor azul (tamanho: 12.8 cm) para itens grandes; 1 pinça cor verde (tamanho 10.5 cm) para itens pequenos; 1 tesoura bola cor laranja; 2 conta gotas (colorido); 5 pacotes de bolas em gel aproximadamente 145 bolinhas em cada pacote sortidos.	KIT	05	R\$ 207,90	R\$ 240,00	R\$ 249,90	R\$ 232,60	R\$ 1.163,00
15	JOGO DE COORDENAÇÃO MOTORA ALINHAVO. Kit pedagógico destinado ao estímulo da coordenação motora fina, concentração, criatividade e percepção visual da criança, por meio da atividade de alinhar. O kit deve conter: 05 peças em madeira em formato de figuras sortidas (podendo ser animais como cão, gato,	KIT	30	R\$ 47,90	R\$ 50,35	R\$ 50,58	R\$ 50,28	R\$ 1.508,40

Avenida Plácido de Castro Nº 678 - Centro - CEP 69960-000

Fone: (68) 3463-2614 Fax: (68) 3463-3378 E-mail: cpl2025feijo@gmail.com



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	elefante, peixe, entre outros; meios de transporte como helicóptero, carro, entre outros; ou personagens como palhaço, etc.); 05 cadarços coloridos para alinhar. Peças devem ser confeccionadas em madeira resistente, com acabamento liso e bordas arredondadas, livres de farpas, atóxicas e seguras para uso infantil. Os cadarços devem ser de material durável, com pontas firmes para facilitar o manuseio e a inserção nos orifícios das peças.							
16	FANTOCHES DAS EMOÇÕES 2 EM FELTRO - 4 UNIDADES Fantoques de feltro representando quatro emoções distintas: ANSIEDADE, VERGONHA, TÉDIO, INVEJA. Material confeccionado em feltro colorido e macio, com expressões faciais bem definidas que ajudam a ensinar às crianças a identificar e compreender diferentes emoções. Devem se encaixar perfeitamente nas mãos, permitindo que elas brinquem e explorem o mundo das emoções de uma maneira divertida e envolvente. Com altura de 30 cm e 21 cm de comprimento.	KIT	10	R\$ 135,40	R\$ 173,90	R\$ 173,90	R\$ 161,07	R\$ 1.610,70
17	KIT ANTI STRESS SENSORIAL – AUTISMO. Kit com 6 Brinquedos. Sensoriais Especiais. Os brinquedos sensoriais devem estimular os sentidos da criança, desenvolvendo a criatividade, a curiosidade e a coordenação motora fina. Os brinquedos sortidos, devem medir de 8cm à 20cm. Esticando alguns podem chegar até 70cm. Brinquedos que podem fazer parte do kit com 6 unidades: Bolinha zoiudo, cavalinho, leão fantasma, joaninha, golfinho, tubarão, ovo dinossauro squish, réptil estica e puxa,	KIT	20	R\$ 125,95	R\$ 139,00	R\$ 169,80	R\$ 144,92	R\$ 2.898,40

Avenida Plácido de Castro Nº 678 - Centro - CEP 69960-000

Fone: (68) 3463-2614 Fax: (68) 3463-3378 E-mail: cpl2025feijo@gmail.com



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	porquinho estica e puxa, dinossauro para ansiedade, splash dino ball, monstro ventosa e compridinho.							
18	KIT 16 LIVROS INFANTIS - Fábulas + Fazendinha do Seu Lobato. Coleção com 16 livros infantis . Desenvolvidas para encantar as crianças numa leitura rápida para absorver ensinamentos com a coleção Fábulas, onde cada livros trás ensinamentos com a moral de cada estória. A coleção deve conter as histórias: O Galinheiro, O Cavalo e o Pônei, O Porquinho e a Ovelha, As Vaquinhas, Animais de Estimação, Seu Lobato Tem uma Fazenda, As Abelhinhas Trabalhadeiras, As Máquinas da Fazendinha. Os Músicos de Bremen, A Lebre e a Tartaruga, O Pastor Brincalhão, O Lobo Disfarçado, A Lebre e a Raposa, A Cigarra e a Formiga, A Raposa e o Galo.	KIT	20	R\$ 34,98	R\$ 35,00	R\$ 37,25	R\$ 35,74	R\$ 714,80
19	KIT PARA DESENVOLVIMENTO DA FALA . Conjunto com 42 fichas ilustradas que tornam o aprendizado da comunicação mais divertido e interativo. Auxilia no desenvolvimento da atenção, do raciocínio lógico e da linguagem expressiva, além de contribuir para a coordenação motora fina.	KIT	20	R\$ 63,65	R\$ 65,34	R\$ 73,00	R\$ 67,33	R\$ 1.346,60
20	ESCORREGADOR INFANTIL . A altura dos Protetores Laterais no topo da Rampa devem impedir que a criança caia para os Lados. Escorregador deve possuir 3 degraus . Material resistente ao Sol a à chuva e de fácil limpeza. Especificações: Medidas p.: (c) 1,50m X (l) 60cm X (a) 98cm. O escorregador tem como objetivo principal promover o desenvolvimento físico, social e emocional das crianças, além de estimular a	UNIDADE	05	R\$ 367,62	R\$ 388,00	R\$ 399,00	R\$ 384,87	R\$ 1.924,35

Avenida Plácido de Castro Nº 678 - Centro - CEP 69960-000

Fone: (68) 3463-2614 Fax: (68) 3463-3378 E-mail: cpl2025feijo@gmail.com




ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	coordenação motora, o equilíbrio, a coragem e a socialização.							
21	CONJUNTO INFANTIL – MESINHA + 4 CADEIRAS EDUCATIVAS COLORIDAS Composto por 1 mesinha e 4 cadeiras coloridas. Modelo: Conjunto Infantil, didático e Educativo. Idade indicada: Crianças de 1 a 7 anos Finalidade: Educativa, lúdica, escolar e doméstica Formato: Quadrada (mesa). Materiais: Estrutura em aço com pintura epóxi. Assentos em plástico (polipropileno). Tampo em MDF/MDP laminado. Especificações: Medidas da mesa: 80 x 80 cm. Altura: 65 cm. Medidas da cadeira: 67 x 40 x 33 cm Capacidade: Mesa até 120 kg Cadeiras até 50 kg. Material deve ser: Fácil de limpar, com bordas arredondadas e com alta resistência. Ideal para uso em ambientes, como: Sala de aula e creches, para atividades escolares, educativas e recreativas.	CONJUNTO	15	R\$ 910,00	R\$ 914,00	R\$ 914,00	R\$ 912,67	R\$ 13.690,05
22	MACACÃO PARAQUEDAS Características Técnicas: Lona 100% algodão de alta resistência, com acolchoamento térmico especial para proteção muscular; Velcro técnico de 50mm e cadarço reforçado de 40mm para ajuste seguro; Argolas metálicas niqueladas e 2 mosquetões de 8mm para conexão a estruturas de suporte; 2 alças extras com regulagem de altura, adaptáveis a diferentes biótipos. Macacão deve ser: Lavável e durável, ideal para uso contínuo em ambientes clínicos. Cor: A critério do licitante. TAMANHOS: P: 01 a 04 anos; M: 05 a 10 anos; G: 11 a 14 anos. Macacão essencial para clínicas de	UNIDADE	06	R\$ 1.070,00	R\$ 1.270,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.246,67	R\$ 7.480,02



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
SELEÇÃO DE FORNECEDOR

	fisioterapia, centros de reabilitação e hospitais que trabalham com pacientes em processo de recuperação motora. Desenvolvido para facilitar o posicionamento em pé e o treino da marcha							
23	BAMBOLES COLORIDOS DE PLÁSTICO , 50 cm de diâmetro, 2 cm de espessura, conexão de 8 cm.	UNIDADE	50	R\$ 9,90	R\$ 12,50	R\$ 12,50	R\$ 11,63	R\$ 581,50
24	BAMBOLES COLORIDOS DE PLÁSTICO , 65 cm de diâmetro, 2 cm espessura, Conexão de 10 cm.	UNIDADE	50	R\$ 14,00	R\$ 15,50	R\$ 17,87	R\$ 15,79	R\$ 789,50
VALOR TOTAL:								R\$ 76.324,97

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 09 – Fundo Municipal de Saúde

PROJETO/ATIVIDADE: 2.054 – Piso da Atenção Básica Fixo – PAB FIXO; 2.056 – Manutenção da Secretaria de Saúde;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – Material de Consumo;

CÓDIGO REDUZIDO: 21, 22 e 34, 35;

FONTE DE RECURSO: 0500 e 0600.

PROJETO/ATIVIDADE: 2.054 - Piso da Atenção Básica Fixo – PAB FIXO;

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente; 2.056 – Manutenção da Secretaria de Saúde;

FONTE DE RECURSO: 0500 e 0600

CÓDIGO REDUZIDO: 25; 44 e 45.

PROJETO/ATIVIDADE: 2.054 - Piso da Atenção Básica Fixo – PAB FIXO; 2.056 – Manutenção da Secretaria de Saúde;


ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente;

FONTE DE RECURSO: 0500 e 0600

CÓDIGO REDUZIDO: 25; 44 e 45.

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Suelen dos Santos Bezerra
Setor de Planejamento das Contratações
Portaria nº. 193/2025

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL	Folha: _____
		Rubrica: _____


ANEXO
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Und	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor Unit.	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Und.	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor Unit.	Prazo garantia ou validade

	<p align="center">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025

Pregão Eletrônico nº XX/2025

Processo nº XXXX/2025

Validade: 12 (doze) meses

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ – ACRE, com sede na Av. Plácido de Castro, nº 678 – Centro, CEP: 69.960-000, Feijó – Acre, inscrito no CNPJ sob o nº 04.005.179/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito, **XXXXX**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº **XXX**, inscrito no CPF sob nº **XXXX**, residente e domiciliado na Rua XXXXX, bairro XXX, CEP: 69.960-000, Feijó - Acre, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, nos termos das normas gerais das Leis nos 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações e, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos. Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº XXX/2024**, e **HOMOLOGAÇÃO PUBLICADA NO DOE nº. XXX, de XX/XX/2025**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes à norma constante na Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO FUNDAMENTO LEGAL


1.1 O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico nº XXX

II - Na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações; e na **Lei Federal 13.709**, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Ata a **seleção de empresa para o registro de preços visando aquisição de materiais lúdicos para apoio às atividades do centro de atendimento ao autista e dos consultórios de psicologia, para atender à demanda da Secretaria Municipal da Saúde de Feijó, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I – Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº xxx** que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar e será incluído, na respectiva ata, o registro das licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, podendo ser prorrogado nos limites da lei e mediante justificativa do interesse público, que passa a fazer parte desta Ata,

	<p align="center">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

juntamente com as propostas de preços apresentadas pelas licitantes classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº XXX/2025.

2.2. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

3. DA ASSINATURA, FORMALIZAÇÃO, VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

3.1. Este instrumento será assinado pelo órgão participante e pelo representante do fornecedor ou procurador legalmente constituído;

3.2. A publicação da Ata do Registro de Preços será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo órgão ou entidade gerenciadora do registro de preço.

3.3. O prazo de vigência da presente Ata é de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada uma vez por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Caberá à Comissão Permanente de Contratações, o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, principalmente quanto às atribuições previstas no art. 4º do Decreto Municipal nº 185, de 05 de outubro de 2021.*

4.2. *O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:*


12.1.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Administração ou Secretaria Municipal de Saúde;

6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. Durante o prazo de validade desta Ata, os órgãos e entidades participantes poderão contratar (firmar contratos) com os fornecedores com preços registrados de acordo com os quantitativos e especificações previstos, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os bens/serviços no prazo estabelecido

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90044/2025 – CPL	Folha: _____ Rubrica: _____
---	---	--

pelo mesmo.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados poderá ser realizada por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. O fornecedor terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para a assinatura do Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito pela administração.

6.4. Para realização da contratação, os órgãos ou entidades participantes deverão abrir processo numerado e instruído contendo obrigatoriamente: solicitação da compra ou contratação; dotação orçamentária; comprovação de vigência da ata de registro de preços; ordem de compra ou de serviço.

6.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no Anexo I – Termo de Referência do edital ou aviso de contratação, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (Art. 38 do Decreto Municipal nº 185/2021).

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (art. 39 do Decreto Municipal nº 185/2021).

6.7. Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.


6.8. As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, mediante procedimento administrativo, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

7. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Durante o prazo de validade da ata, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório não poderá aderir à ata de registro de preços na condição de não participante, desde que justificada a vantagem da adesão e demonstrado que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

8.1. O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL	Folha: _____ Rubrica: _____
---	---	--

obrigado a:

8.1.1. Atender aos pedidos efetuados pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.

8.1.2. Fornecer os bens ofertados por preço unitário registrado nas quantidades indicadas pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.

8.1.3. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.1.4. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

9. DOS PREÇOS REGISTRADOS E SUAS REVISÕES

9.1. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência do edital são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através do órgão ou entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.


9.2. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados.

9.3. O órgão ou entidade gerenciador convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequado ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

9.4. Havendo a liberação do fornecedor, o órgão gerenciador deverá convocar os demais fornecedores classificados, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, e não havendo êxito nas negociações, deverá proceder ao cancelamento do item ou da Ata de Registro de Preços.

9.5. Caso haja redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciador deverá comunicar aos órgãos e entidades que tiverem formalizado contrato ou instrumento equivalentes, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual.

9.6. As alterações dos preços registrados, oriundas de suas revisões, serão divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e disponibilizadas durante a vigência da ata de registro de preço.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O detentor de preços registrados terá o seu registro cancelado quando:

10.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

10.1.4. For declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública;

10.1.5. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e justificados, e por razão de interesse público.

10.2. O cancelamento do registro de preço será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e ampla defesa.

11. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO PAGAMENTO

11.1. As condições gerais de execução do objeto desta Ata, tais como recebimento, prazo de entrega, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, pagamento e demais condições da contratação encontram-se definidos no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS


12.1. A aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço será de competência do órgão gerenciador; nas hipóteses em que o descumprimento ocorrer nas contratações realizados pelos órgãos participantes e não participantes caberá ao respectivo órgão a aplicação da penalidade.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor com preço registrado que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou quando deixar de cumprir parcial ou totalmente com as regras dispostas nesta Ata de Registro de Preço.

13. DA AUTORIZAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DO OBJETO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

13.1 A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preço será autorizada, caso a caso, pela Secretaria Municipal de Saúde, após manifestação favorável da referida Secretaria.

14. DAS ALTERAÇÕES

	<p align="center">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

14.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

15. DA PUBLICIDADE

15.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme disposto no art. 22, do Decreto Federal nº11.462/23 e suas alterações posteriores.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o foro do Município de Feijó do Estado do Acre, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


17.1 Integram esta ata, o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº XX/2025 e seus anexos, as propostas de preços das licitantes vencedoras, especificação, consumo, por item na ordem classificatória das empresas.

17.2 O(s) caso(s) omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, e com as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

17.3 Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Feijó – Acre, xx de XXXXXXXXXXXX de XXXX

XXXXX
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
CONTRATANTE


	<p align="center">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

XXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

	<p align="center">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---


ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXX/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. XXX

PREGÃO PRESENCIAL Nº. XXX

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	APRES.	QUANT.	VALOR UNT	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL					

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL	Folha: _____
		Rubrica: _____

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2025,
 QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA
 MUNICIPAL DE FEIJÓ, POR INTERMÉDIO DO
 (A) E

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ, com sede no(a) Avenida Plácido de Castro, nº. 678, Centro, CEP: 69.960-000, Feijó-Acre, inscrito(a) no CNPJ sob o nº. 04.005.179/001-20, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), doravante denominado CONTRATANTE, e a Pessoa Jurídica, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Edital de Licitação n. .../2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a **aquisição de materiais lúdicos para apoio às atividades do centro de atendimento ao autista e dos consultórios de psicologia, visando atender as necessidades administrativas e financeiras da Secretaria Municipal de Saúde de Feijó**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objetos da contratação:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO MÍNIMA DO MATERIAL	APRES.	MARCA	QUANT.	VALOR UNT	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						


1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 A Autorização de Contratação

1.3.3 A Proposta do contratado;



	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (Doze) meses contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO


4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em xx/xx/202x.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.


7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.


8.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL	Folha: _____ Rubrica: _____
---	---	--

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;


9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.


10 CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90044/2025 – CPL	Folha: _____ Rubrica: _____
---	---	--

b)der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c)der causa à inexecução total do contrato;

d)ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e)apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h)praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).


iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL	Folha: _____ Rubrica: _____
---	---	--

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.


11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.


12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6 O contrato poderá ser extinto:

12.6.1 caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.6.2 caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)


13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Feijó
Unidade: 09 - Secretaria Municipal de Saúde
Projeto/ Atividade: xx
Elemento de Despesa:
Recurso:

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO


16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Feijó - Acre, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Feijó- Acre, XXX de XXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
CONTRATANTE

	<p align="center">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 90044/2025 – CPL</p>	<p>Folha: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

 XXXXXXXXXXXXXXXXX
 CNPJ/MF nº. XXXXXXXXXXXXXXXX
 REPRESENTANTE XXXXXXXX
 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____